

A PERSONIFICAÇÃO EM TEXTOS DE NATUREZA FORMAL

Regina Celi Wenzel TORRES¹

- **RESUMO:** Este artigo objetiva investigar a incidência e os efeitos do processo cognitivo da personificação em textos de natureza formal. Parte-se da constatação de que, nesses gêneros textuais, algumas construções com personificação são aceitáveis, ao passo que outras não. O estudo busca determinar as condições de possibilidade e interdição de tais construções e adota para tanto categorias analíticas e constructos teóricos oferecidos na Linguística Cognitiva, com destaque para as proposições acerca de *modelos cognitivos idealizados* e de *projeções entre domínios cognitivos*.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Cognição; linguagem; personificação; textos formais.

Introdução

Associada ao ideal do texto “objetivo”, despojado de ambigüidades e de impressões “subjetivas”, está a convicção de que se pode suprimir a linguagem figurada do texto formal ou de qualquer texto. Tal convicção depende de uma compreensão tradicional do que seja a linguagem figurativa - uma concepção que tem sido subvertida e combatida pelos desenvolvimentos da chamada Teoria Cognitiva da Metáfora, inaugurada com o trabalho já clássico de Lakoff e Johnson (2002). Como será visto, a linguagem figurativa é, muito ao contrário, um fenômeno onipresente na linguagem de um modo geral, marcando presença em todos os gêneros textuais.

No que tange ao texto formal, no entanto, é fato que o projeto de, por assim dizer, “controlar” o uso figurado da linguagem se mantém como recomendação implícita ou explícita, tendo relação com os julgamentos de aceitabilidade que se produzem em torno dos textos. Do choque entre a impossibilidade de supressão da linguagem figurada e a recomendação de seu controle resulta a seguinte situação no texto formal: algumas construções figurativas “passam no teste” e outras não. Este artigo debruça-se sobre essa situação misteriosa, discutindo o lugar de um tipo específico de construção figurativa no texto formal - a personificação.

¹ Departamento de Letras - Instituto de Ciências Humanas e Letras - UFJF - 36035-160 - Juiz de Fora - Minas Gerais - Brasil. Endereço eletrônico: edimo@powerline.com.br

Pressupostos Teóricos

Um deslocamento contemporâneo na concepção do significado: a Vertente Cognitivista

Subjacente a todas as áreas do conhecimento, afetando, é certo, o campo do estudo da linguagem, está o chamado *Paradigma Objetivista*,² um modo de se compreender a relação entre pensamento, linguagem e realidade, cuja raiz encontra-se já na Antigüidade Clássica. De acordo com esse paradigma, o pensamento é basicamente um espelho do real, este sendo compreendido como possuidor de uma estrutura racional, autônoma, correta e unívoca (Johnson, 1987, p.xxii-xxv). O pensamento é, sob esse ângulo, proposicional, lógico e consciente. A linguagem, por sua vez, é também o espelho da realidade, sendo reduzida ao literal e ao declarativo.

Entre as correntes de pensamento que contemporaneamente vêm reagindo a esse paradigma hegemônico na história do pensamento ocidental, destaca-se o *cognitívismo*, movimento intelectual que tem entre seus representantes maiores G. Lakoff (1987, 1993), M. Johnson (1987), M. Turner (1996), G. Fauconnier (1994, 1997) e outros.

O resgate do corpo e da imaginação

Interessados em investigar os fatores que determinam a construção do significado, os cognitivistas vêm realizando pesquisas que pretendem explicar as construções cognitivas humanas e como se refletem no uso efetivo da língua.³ Trata-se, como já se disse, de um redirecionamento no entendimento das relações entre *realidade, pensamento e linguagem*. Como explicam os autores:

O cerne da tradição objetivista em filosofia vem diretamente do mito do objetivismo: o mundo é feito de objetos distintos, com propriedades inerentes e relações fixas entre eles a qualquer instante. Argumentamos, com base nas evidências lingüísticas (especialmente a metáfora), que a filosofia objetivista deixa de explicar a maneira como compreendemos nossa experiência, nossos pensamentos e nossa linguagem. (LAKOFF e JOHNSON, 2002, p.323)

No tocante a esse aspecto, uma das teses básicas do *cognitívismo* diz respeito à postulação de estruturas *pré-conceptuais* de nossa experiência, padrões básicos que emergem espontaneamente da experiência de nossos corpos no mundo. Dois tipos básicos de interação corpórea com o mundo seriam (a) o deslocamento no espaço e (b) a

² Termo empregado por Lakoff e Johnson (2002), Johnson (1987), Lakoff (1987), Lakoff e Turner (1989).

³ Para uma revisão atualizada das linhas mestras e principais resultados dessas pesquisas, ver Lakoff e Johnson (1999).

manipulação de objetos. Esses dois tipos de experiência seriam *estruturados* em um nível pré-conceptual, no sentido de que aconteceriam de acordo com padrões recorrentemente experimentados por nós. Da nossa experiência de deslocamento no espaço, emergiriam os chamados *esquemas imagéticos*, os quais, nas palavras de Johnson (1987, p.29), seriam "gestalts experienciais minimamente estruturadas que permitem a organização de um número indefinidamente grande de percepções, imagens e eventos".

Da nossa experiência de manipulação de objetos, emergiriam as chamadas *categorias de nível básico*. Nas palavras de Lakoff (1987, p.13), essas seriam "organizadas para que as categorias que são cognitivamente básicas estejam no 'meio' da hierarquia geral-para-específico. A generalização se processa de forma 'ascendente' a partir do nível básico e a especialização se processa de forma 'descendente'".

A noção de *esquema imagético* tem uma importância especial para nosso estudo, razão pela qual vamos nos deter um pouco em sua discussão. Turner (1996, p.16) dá uma contribuição relevante para a construção desse conceito, ampliando um pouco a versão estritamente "espacial" de Johnson, citada acima. Turner (1996, p.45) compreende esses esquemas como *micro-histórias* ou *proto-narrativas*, que se estruturam a partir de nossas experiências *perceptuais* e *interacionais*.

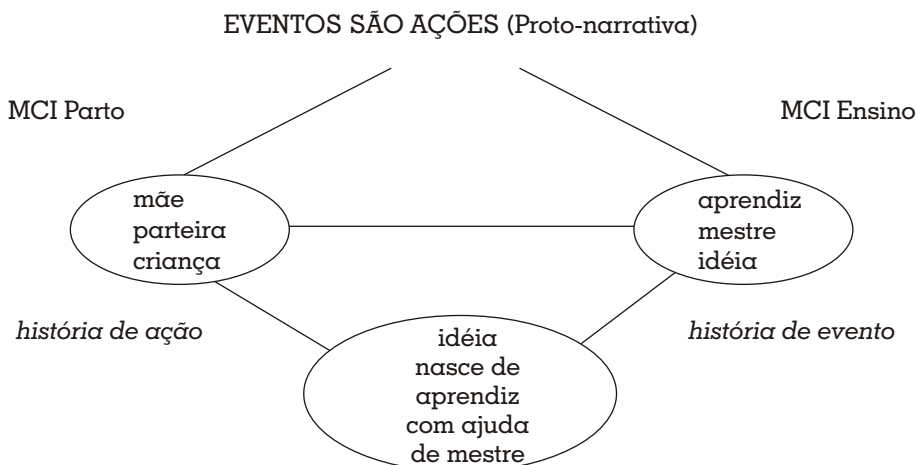
O conceito cognitivista geral que se insinua quando consideramos o modo como, desde os primórdios desse movimento intelectual, sustenta-se essa aliança entre corpo e imaginação é o de *projeção entre domínios conceptuais*.

Projeções entre domínios

A idéia de que a projeção de histórias básicas para domínios experienciais mais abstratos é um mecanismo cognitivo central recebe uma bela ilustração no exemplo da "história do nascimento", apresentado por Turner (1996, p.52). Para o autor, essa pequena história suscita esquemas imagéticos de *recipiente*, a mãe como corpo que guarda a criança; de *origem material*, representado também pela mãe, da qual emerge um "objeto"; de *trajetória*, já que o bebê ao nascer faria um determinado trajeto; de *elo*, representado pelo cordão umbilical; e, por fim, de *crescimento*, o corpo que está no recipiente desenvolve-se a ponto de nele não poder permanecer. Essa história básica projeta-se em inúmeros domínios experienciais, para darmos sentido a inúmeras vivências mais abstratas. Está, por exemplo, por trás de uma das mais antigas "teorias" do ensino de que dispomos, a *maieutica* socrática, a noção geral de que as idéias podem *nascer* do aprendiz, com o auxílio de um *mestre/parteiro*.

Na fase inicial do pensamento cognitivista, projeções entre domínios desse tipo eram tematizadas sobretudo no âmbito dos estudos da metáfora, e, de um modo geral, eram pensadas como processos cognitivos

que envolviam projeções entre dois domínios conceptuais (LAKOFF e JOHNSON, 2002; LAKOFF, 1993). Mais recentemente, esse tratamento bidomínial das projeções foi complementado e complexificado com a introdução do conceito de *mescla* (*blending*), proposto por Fauconnier (1997). Essa nova categoria cognitivista de análise pode ser compreendida como correspondente a um processo que abarca, na verdade, pelo menos quatro domínios conceptuais (cf. MIRANDA, 1999, p.89): o *espaço genérico*, que é o espaço de homologia entre duas fontes (*input 1* e *input 2*), que são projetadas parcialmente no *domínio-mescla*, que, por sua vez, tem uma *estrutura emergente*, cujos traços migraram dos *inputs 1* e *2*. Domínios esses que podem ser verificados na formalização abaixo:



Esquema1: Exemplo de mescla (*blending*)

No contexto deste artigo, em que se investigam as possibilidades e os limites de um tipo específico de projeção entre domínios, a personificação, é importante salientar que as projeções, sejam elas concebidas em termos de mapeamentos bidomíniais ou multidomíniais, assujeitam-se a certos padrões e limites.

O primeiro deles diz respeito à própria constância na *direcionalidade* dos mapeamentos, ou seja, do domínio fonte, mais concreto, para o domínio alvo, mais abstrato - nunca o inverso. Além dessa restrição bastante geral, os cognitivistas postulam um princípio específico que limita quais domínios concretos podem ser projetados para quais domínios abstratos, restringindo também que aspectos de um determinado domínio podem ser projetados. Trata-se do *princípio da invariância* (LAKOFF, 1993, p.215; TURNER, 1996, p.30-31).

No que diz respeito à projeção entre domínios, as categorias cognitivas da *mesclagem* e o *princípio da invariância* terão importância central na análise que será aqui desenvolvida. Um outro constructo teórico cognitivista será igualmente importante, a saber, o conceito de *Modelos Cognitivos Idealizados*. A noção de MCI's foi desenvolvida na área da Linguística Cognitiva por Lakoff (1987, p.68), tendo recebido a seguinte definição: "estruturas com as quais organizamos nosso conhecimento [...] um todo complexo estruturado, uma gestalt". Nos termos de Miranda (1999, p.83), cuja caracterização realça o caráter sócio-cultural dessa categoria, "são conhecimentos socialmente produzidos e culturalmente disponíveis. Têm esses conhecimentos papel crucial na cognição humana, qual seja, o de possibilitar o domínio, a lembrança e o uso de um vasto conjunto de conhecimentos adquiridos na vida diária".

Ao descrever detalhadamente os MCI's, Lakoff (1987., p. 68) mostra-nos que essa estrutura conceptual tem quatro princípios estruturadores básicos. O primeiro deles é a **estrutura proposicional**, que especifica os elementos, suas propriedades e as relações que mantêm entre si. Um segundo princípio estruturador para MCI's é a **estrutura esquemático-imagética**. Trata-se, em geral, do núcleo pré-conceptual e mais básico do Modelo. Intimamente associado à estrutura esquemático-imagética está o terceiro princípio proposto por Lakoff e também já comentado, a saber, o princípio dos **mapeamentos metafóricos**, que podem ser compreendidos como as projeções entre domínios estáveis, ou seja, entre MCI's que têm uma estrutura com um certo grau de convergência. São também estruturadores dos MCI's os **mapeamentos metonímicos**, descritos por Lakoff (1987, p.114) como "modelos [...] contendo uma função que associa um dos elementos do modelo a outro elemento desse".

Vieses do fenômeno da personificação

Vale apresentar o tratamento dado ao fenômeno da personificação, tomando como referencial os pressupostos gerais da vertente cognitivista discutidos. Antes, porém, julgamos necessário explorar um outro ângulo pelo qual pode ser visto, qual seja, aquele atravessado pela idéia tradicional de que a personificação se institui única e exclusivamente como um recurso retórico-literário.

Personificação como recurso retórico-literário

A personificação é tradicionalmente concebida como um tipo de metáfora. Nesse sentido, pode-se dizer que a história desses dois conceitos confunde-se sob muitos aspectos. Essa convergência entre os dois conceitos pode ser observada na passagem abaixo, em que o autor claramente os associa:

Há uma infinidade de metáforas constituídas por palavras que denotam ações, atitudes ou sentimentos próprios do homem, mas aplicadas a seres ou coisas inanimadas.: o Sol *nasce*, o dia *morre*, o mar *sussurra*, mar *furioso*, ondas *raivosas*, dia *triste*... É uma espécie de 'animismo' ou 'personificação'. (GARCIA, 1975, p. 84)

Pelo menos desde a Antigüidade Clássica, é recorrente na história do pensamento sobre metáfora a concepção de que se trata de um fenômeno (a) eminentemente lingüístico, (b) restrito a circunstâncias lingüísticas específicas (retóricas e literárias), (c) completamente imprevisível, (d) necessariamente óbvio porque desviante do ordinário, (e) opcional, ornamental, (f) potencialmente nocivo à produção do conhecimento.

Segundo Aristóteles ([19--], p.7), "a metáfora é a transposição do nome de uma coisa para outra". Esse modo de pôr as coisas traz em si elementos que permitem derivar a maioria das características tradicionalmente atribuídas à metáfora.

Em primeiro lugar, sugere tratar-se de uma operação eminentemente lingüística: *dar um nome* a uma coisa (que pertence a outra coisa). Aristóteles nada nos diz aqui sobre a relação entre a metáfora, o pensamento e a ação.

Em se tratando do segundo aspecto, nas teorias clássicas, aposta-se em uma fronteira claramente delimitada entre a linguagem figurada e a linguagem do dia-a-dia. Nos termos de Aristóteles, há o território em que as coisas têm seu nome "de direito" e aquele em que ganham "nomes inusitados"; esse último território envolveria dois específicos campos: o da Literatura e o da Retórica. No primeiro campo, a metáfora seria utilizada como um processo cujo valor é puramente estético; e, no segundo, como um recurso de caráter persuasivo. Demonstrando convicção quanto a esse caráter retórico-literário dos recursos figurativos, Cícero (1943, p.245) assevera que "entre as figuras que consistem em uma só palavra, não há nenhuma mais eficaz que esta [a metáfora], *nem que comunique mais esplendor ao discurso*" (grifo nosso).

Retomando o terceiro ponto, podemos observar que há também a suposição de que a metáfora é um fenômeno completamente imprevisível. Se a metáfora se institui, como sugere Aristóteles, como um afastamento das correlações "normais" entre nomes e coisas, afasta-se também daquilo que é previsível, esperado. Sob esse ângulo, não haveria qualquer sistematicidade na produção das metáforas, que dependeria dos rasgos de inspirações idiossincráticas de artistas.

O afastamento do "normal" confere à metáfora, na visão clássica, uma outra característica: a obviedade e a auto-evidência. Uma vez que envolve o desvio da linguagem do cotidiano, a metáfora seria sempre facilmente percebida como metáfora pelos falantes. Os processos figurativos teriam formação bastante peculiar, o que sustentaria a idéia de que são expressões lingüísticas discerníveis sem muito esforço.

Um aspecto também reincidente é o que diz respeito ao caráter opcional e ornamental da metáfora. Nessa perspectiva, a metáfora é um ornamento, é um desvio a serviço do Belo, cujo estatuto é periférico. Sob esse ângulo, o falante sempre pode escapar do “desvio”: por exemplo, pode fazer uso da construção “Meu apartamento é pequeno” em vez de “Meu apartamento é um ovo”, construção considerada uma opção que, para efeito de clareza, pode ser descartada; devendo, portanto, o falante circunscrever-se ao literal.

Um último aspecto tradicionalmente atribuído à metáfora não pode ser diretamente derivado do fragmento de Aristóteles, mas é também clássico. Trata-se da idéia de que esse processo é fator de obscuridade. Adepto emblemático da vertente que atribui um caráter “nocivo” à metáfora, Locke (1991) afirma que há espaço para a linguagem figurada, mas que seu uso deve ser controlado, circunscrito a uma certa região da linguagem - a do deleite, do prazer; caso contrário, o “erro” e a “fraude” far-se-ão presentes. Assim, atribui-se à metáfora o papel de turvar o raciocínio, induzindo a despropósitos, inviabilizando, pois, a produção do conhecimento. Como o filósofo enuncia em *Ensaio sobre o entendimento humano*, Livro III, Cap. 10:

Já que o engenho e a fantasia encontram maior receptividade no mundo do que a verdade árida e o conhecimento real, as falas figuradas e alusões na linguagem dificilmente são reconhecidas como uma imperfeição ou abuso da linguagem. Reconheço que, nos discursos em que buscamos antes prazer e deleite do que informação e aprimoramento, tais ornamentos não poderiam ser considerados defeitos. Contudo, se formos falar das coisas tal como são, devemos reconhecer que toda a arte retórica, salvo a ordem e a clareza, todas as aplicações artificiais e figurativas das palavras que a eloqüência já inventou nada mais fazem do que insinuar idéias erradas, mover paixões e induzir o julgamento em erro, sendo assim consumadas fraudes.

Aludindo a essa mesma característica, Cícero (1943, p.254) e Hobbes (1974) comentam, respectivamente:

Esta figura é grande ornamento do discurso, mas é preciso evitar a obscuridade, porque daqui resulta o que chamam enigmas.

Raciocinar com elas [as metáforas] é errar em meio a um sem-número de absurdos.

Herdeiros dessa concepção, muitos teóricos contemporâneos ainda entendem a metáfora como um fenômeno que interessa à Literatura e à Retórica apenas, sendo potencialmente nocivo ao discurso “objetivo”, ignorando, assim, sua natureza altamente produtiva na linguagem do cotidiano.

Personificação como recurso cognitivo

Opondo-se totalmente à concepção tradicional acima descrita, encontramos as proposições já clássicas de Lakoff e Johnson (1999, 2002), Lakoff (1987, 1993), Turner (1996), Lakoff e Turner (1989). Como asseguram Lakoff e Johnson (2002, p.45):

A metáfora é, para a maioria das pessoas, um recurso da imaginação poética e um ornamento retórico - é mais uma questão de linguagem extraordinária do que de linguagem ordinária. Mais do que isso, a metáfora é usualmente vista como uma característica restrita à linguagem, uma questão mais de palavras do que de pensamento ou ação. Nós descobrimos, ao contrário, que a metáfora está infiltrada na vida cotidiana, não somente na linguagem, mas também no pensamento e na ação. Nosso sistema conceptual ordinário, em termos do qual não só pensamos mas também agimos, é fundamentalmente metafórico por natureza.

Conforme já antecipamos, analisar a metáfora do ponto de vista do modelo cognitivista é percebê-la como um fenômeno presente e atuante em todas as situações discursivas que fazem parte do nosso dia-a-dia, contrariando, portanto, a orientação teórica que a considerava um fenômeno restrito a determinados campos da linguagem. Conforme exposto por Lakoff e Turner (1989, p.138), "a linguagem metafórica não é algo especial. É linguagem que convencionalmente expressa o conceito do domínio fonte de uma metáfora conceptual".

Outro ponto flagrante de distanciamento entre teorias clássicas e o modelo cognitivista concerne à alegada imprevisibilidade do processo metafórico. Sob o ângulo cognitivista, sustenta-se que, nesse processo, há uma sistematicidade, o que o torna, pelo menos, parcialmente previsível. Certamente não é por acidente que compreendemos, por exemplo, TEORIA COMO CONSTRUÇÃO, como podemos perceber nos exemplos "Esse é o alicerce de sua teoria?" e "O argumento caiu por terra.", em que o fenômeno da metáfora estrutura nosso conhecimento acerca daquele conceito (LAKOFF e JOHNSON, 2002, p.107).

De acordo com os parâmetros da teoria linguística tradicional, a metáfora é vista como sempre transparente e óbvia, o que não condiz com a concepção cognitivista. Uma vez ser "onipresente", ou seja, caracterizado como um fenômeno automático em nosso cotidiano, esse processo, muitas vezes, não é sequer percebido no momento da interação. Tal hipótese é defendida por Lakoff e Turner (1989, p.136-137):

Nós e outros pesquisadores temos argumentado que a metáfora é um objeto conceptual, frequentemente inconsciente e que a metáfora conceptual é a base da linguagem diária [...] enquanto a metáfora é tradicionalmente definida como uma espécie de linguagem inovadora, nós a temos redefinido como uma espécie de mapeamento conceptual.

No entendimento dos cognitivistas, a metáfora, enquanto processo mental básico, extrapola a condição de fenômeno ornamental e opcional. O que significa dizer que pode ser tratada como um fenômeno compulsório, como um recurso cognitivo inevitável. Como afirmam Lakoff e Johnson (2002, p.45-46):

Os conceitos que governam nosso pensamento não são meras questões do intelecto. Eles governam também a nossa atividade cotidiana até nos detalhes mais triviais. Eles estruturam o que percebemos, a maneira como nos comportamos no mundo e o modo como nos relacionamos com outras pessoas. Tal sistema conceptual desempenha, portanto, um papel central na definição de nossa realidade cotidiana. Se estivermos certos, ao sugerir que esse sistema conceptual é em grande parte metafórico, então o modo como pensamos, o que experienciamos e o que fazemos todos os dias são uma questão de metáfora.

Finalmente, numa concepção cognitivista, é possível afirmar que a metáfora caracteriza-se como um fator de iluminação, pois assegura a construção do sentido e do entendimento, bem como a construção do conhecimento humano. A compreensão do mundo e, sobretudo, do próprio homem se dá via metáfora. Esse processo é, portanto, uma evidência de nossa constituição, a tal ponto que se torna pertinente considerá-la como "um mecanismo através do qual compreendemos conceitos abstratos e desempenhamos raciocínios abstratos" (LAKOFF, 1993, p.244).

Personificação: metáfora ou metonímia?

Low (1999, p. 223), ao discutir a construção "*This paper thinks...*" ("Este ensaio pensa..."), levanta um questionamento, a saber: trata-se de metáfora (uma criação de "animação") ou de metonímia (o produto pelo produtor)? Conforme exposto pelo autor, caso a preocupação do escritor seja com a busca de um verbo (acreditar, pensar, pretender) para acompanhar a expressão nominal ESTE ENSAIO, então, teremos representada a humanização do ensaio, o que sugere o uso da metáfora UM ENSAIO É UMA PESSOA. Porém, se considerarmos o segundo processo, constataremos a presença de uma estratégia para reduzir a subjetividade, ou seja, uma estratégia de impessoalização.

Lakoff e Turner (1989), nas seções "Metonímia" e "Interações de Metonímia com Metáfora", conquanto salientem as diferenças entre os dois fenômenos, constatam que há entre ambos uma complexa relação, ou seja, é possível que esses dois processos estejam presentes em uma mesma construção. Nos termos dos autores, "Uma das razões por que a metáfora e a metonímia são às vezes confundidas é que elas podem interagir em complexos caminhos para o campo da composição" (p.104). E, ao mencionarem a composição *Old Norse Kennings*, afirmam que os "Kennings

são um exemplo extremo de como a metáfora e a metonímia podem interagir para formar uma interpretação unificada” (p.106). Ao analisarem uma passagem dessa obra, Lakoff e Turner mostram que, em um mesmo dístico, mapeamentos metonímicos podem evocar mapeamentos metafóricos, constituindo uma unidade de construção.

Nesse ponto, verificamos necessária a reiteração de nosso entendimento no sentido de que não só a metáfora, mas também a metonímia constituem processos figurativos que abrangem o fenômeno da personificação. Esse imbricamento entre metáfora e metonímia possivelmente contribuirá para a busca de uma explicação mais clara para a ocorrência freqüente da personificação em textos formais.

Análise de dados

Uma vez discutido o lugar do processo da personificação em textos de natureza formal, objetivamos, neste capítulo, investigar e descrever estruturas lingüístico-conceptuais presentes em situações aceitáveis e em situações inaceitáveis do referido fenômeno. Antes, porém, apresentaremos uma descrição dos principais MCI's mobilizados nas construções em análise, a saber, o MCI de *Pessoa* e o MCI de *Produção Intelectual*.

MCI de Pessoa

Princípios estruturadores

Do ponto de vista da **estrutura proposicional**, o MCI de Pessoa parece ser uma clara instância do que Lakoff (1987, p.74-76) chamou de “modelos conglomerados” (*cluster models*); para o autor, nesse tipo de MCI, “um conjunto de modelos se combina para formar um conglomerado complexo que é psicologicamente mais básico do que os modelos tomados individualmente”.

Aplicando esse raciocínio ao caso do MCI de Pessoa, podemos chegar aos seguintes modelos conglomerados, que constituem a sua estrutura proposicional, isto é, nossa compreensão idealizada das propriedades e relações envolvidas no conceito de Pessoa: o submodelo *físico-biológico*, o *moral/deontico/volicional*, o *cognitivo/epistêmico*, o *interacional*, o *lingüístico* e o *psico-emocional*. Mas, antes de considerá-los, é preciso fazer uma ressalva importante: nossos MCI's são conhecimentos culturais acumulados que não necessariamente acompanham as descobertas científicas acerca daquilo que modelam; com efeito, freqüentemente as contrariam. No caso do MCI de Pessoa, isso parece ocorrer: do ponto de vista da teoria científica que adotamos neste estudo, as dimensões físico-biológica, moral/deontica/volicional, cognitiva/epistêmica, interacional, lingüística e psico-emocional estão intimamente relacionadas; isso não impede, no entanto, que tais dimensões sejam

culturalmente compreendidas como *subpartes* relativamente separadas em um MCI do tipo “conglomerado”. Acrescente-se a isso que a caracterização do que seja Pessoa, ou Ser Humano, é um problema filosófico clássico, não sendo nossa pretensão fazer justiça à complexidade da discussão que suscita.

Na base do MCI de Pessoa, cuja estrutura proposicional é parcialmente descritível nos termos do *conglomerado* de representações culturais acima descritas, comparece o segundo princípio estruturador de MCI's, qual seja, o nível **esquemático-imagético**. Acompanhando Turner (1996), acreditamos que a estrutura imagética pré-conceptual que organiza em seu nível mais básico o MCI de Pessoa tem a ver com a noção de *agentividade*, aspecto central do modelo biológico. Vale salientar que o conceito de esquemas imagéticos confunde-se, em certa medida, com o conceito de *proto-narrativas* proposto por Turner, atentando-se para o fato de que essas têm seu sentido “ampliado”, uma vez que transcendem a dimensão meramente corporal, mais proeminente nos esquemas imagéticos propostos por Johnson (1987). Tais *proto-narrativas* envolveriam centralmente, sob o ponto de vista oferecido por Turner (1996), a atividade de um *agente* ou *ator*, o que fica claro na seguinte passagem:

Pequenas histórias espaciais envolvem eventos e objetos. Reconhecemos alguns desses objetos como atores animados. [...] Objetos prototípicos podem ser movidos. Objetos que são atores prototípicos são capazes de se mover e de moverem outros objetos. (TURNER, 1996, p.20-21)

Em um nível bastante básico, portanto, identificamos pessoas como agentes em pequenas histórias espaciais. Conforme Turner observa, no entanto, a *agentividade* é aí tipicamente compreendida como *agentividade mental* e *intencional*, o que traz para esse nível cognitivamente bastante básico aspectos dos submodelos cognitivo/epistêmico e moral/deontológico/volicional.

Ao referirmo-nos à projeção de histórias espaciais envolvendo agentes intencionais para outros domínios por meio da personificação, estamos já adentrando o terreno do terceiro tipo de princípio estruturador de MCI's, a saber, o dos **mapeamentos metafóricos**. Como já deve estar claro, o MCI de Pessoa figura em relação de projeção metafórica com muitos outros MCI's, funcionando em tais projeções como domínio FONTE. Mas que metáforas nos permitem compreender PESSOA enquanto domínio ALVO? Há, sem dúvida, muitas metáforas que nos permitem compreender o que seja PESSOA; uma das mais comuns é PESSOAS SÃO PLANTAS. Nesse caso, conceitos como **concepção, nascimento, crescimento, reprodução, estado de desequilíbrio e morte** corresponderiam, respectivamente, a **conceitos como semear, desabrochar, maturação, florescência, decomposição**; produzindo uma estrutura semelhante em termos de graus de desenvolvimento.

Há, ainda, por fim, os **mapeamentos metonímicos**. Neles, como vimos, as projeções se realizam dentro de um mesmo domínio, isto é, irradiam-se em um mesmo MCI. No caso do MCI de Pessoa, uma das projeções metonímicas mais comuns e mais relevantes para este estudo é a metonímia PRODUTOR PELO PRODUTO, a qual nos permite compreender o PRODUTOR a partir de sua produção, conforme se verifica em “O café mineiro tem assinado vantajosos contratos.”. Nessa construção, o que importa não é o nome do produtor, mesmo porque são inúmeros; o que realmente interessa é o que ele produz.

Um outro nível de mapeamento metonímico importante concernente ao MCI de Pessoa segue o caminho inverso: PRODUTO PELO PRODUTOR, como se verifica em “Ele está usando um *Pierre Cardin*.”, em que relevante é a informação acerca de quem produz, uma vez que estamos tratando de um referente conhecido e de renome.

MCI de Produção Intelectual

Esse modelo se articula a partir de uma **estrutura proposicional**, cuja composição poderia ser descrita como compreendendo, entre outros, os elementos descritos abaixo. Nosso conhecimento idealizado acerca da produção intelectual envolveria, então, os seguintes itens estruturais:

Pensador: autores, filósofos, cientistas etc.

Objeto: fenômeno, dados, exemplos, fatos, categorias, elementos.

Trabalho: estudo, pesquisa, exame, análise, trabalho etc.

Procedimentos de investigação: hipóteses, premissas, postulados, problema, questões, pesquisa, exame, estudo, inferências, exploração, busca, reconhecimento, indagação, argumentos, análise, discussão, debate, prova, comprovação, método, esclarecimento, registro etc.

Resultados: teorias, teses, descobertas, dedução, conclusão, corolário, consequência, conceito, proposição etc.

Áreas: gramática, retórica, lingüística, biologia.

Vertentes ou concepções gerais: tradição, vanguarda, movimentos, vertentes, correntes, abordagens, posições etc.

No nível **esquemático-imagético**, pode-se dizer que o MCI em exame tem também na sua base as histórias accionais que constituem a âncora de nossos sistemas conceptuais. A produção intelectual é compreendida em um nível cognitivamente muito básico como um *evento* envolvendo *agentes ou atores* que manipulam *objetos*.

No nível dos **mapeamentos metafóricos**, a idéia de Turner é que O PENSADOR É UM MOVEDOR E UM MANIPULADOR. O autor acredita que “Movimento e manipulação combinam-se naturalmente em nossa

experiência e em nossa categorização conceptual.” E dessa compatibilidade, surgem construções lingüísticas como “Agarrou-se àquela idéia para conseguir chegar ao seu objetivo.”, em que se percebe o AGENTE sendo projetado em um PENSADOR que se desloca no espaço e que manipula um determinado objeto, qual seja, a idéia.

Quanto aos **mapeamentos metonímicos**, por fim, visto que estamos tratando da configuração do MCI de Produção Intelectual, vamos, sem dúvida, lidar com a projeção AUTOR PELA OBRA.

Importa ressaltar que o mapeamento metonímico AUTOR PELA OBRA (ou PRODUTOR PELO PRODUTO), extremamente produtivo na nossa língua, parece-nos poder ser projetado em um outro nível de construção, que também está disponível, a saber, OBRA PELO AUTOR. Assumiremos esse mapeamento por entendermos que representa um tipo de projeção revelado nos dados de que dispomos.

A partir da apreensão das estruturas dos MCI's de Pessoa e de *Produção Intelectual*, procuraremos verificar em que medida as projeções entre esses dois modelos podem sofrer ou não restrições.

Resultados da análise

Tipos de projeção encontrados

Foram encontradas **construções aceitáveis** em um espectro amplo, embora não irrestrito, de possibilidades combinatórias entre os domínios fonte e alvo. Os tipos de projeção aceitáveis encontrados podem ser apreciados no quadro abaixo, ao lado de exemplos de construções aceitáveis encontradas:

Submodelo saliente no conglomerado FONTE	Aspecto saliente do domínio ALVO	Exemplos
Físico-biológico	Objeto	as metáforas saíram das últimas páginas da gramática para a vida do brasileiro
	Trabalho	Esta análise traz considerações sobre a gramática tradicional
	Área	essas inversões devem passar por uma análise crítica pelos olhos da lingüística
Moral/deôntico/volicional	Objeto	A metáfora cotidiana exige toda a nossa atenção
	Área	A Gramática tradicional. Desrespeita o falante Discrimina
Cognitivo/epistêmico	Objeto	Esse tipo de texto , o diálogo, pressupõe coerência
	Trabalho	Este estudo pressupõe a hipótese de Chomsky (1965)
	Área	A gramática tradicional considera como 'certa' a ordem direta da oração
	Vertente	A abordagem funcionalista [...] ignora o valor enfático para a ordenação sintática

Interacional	Objeto	A linguagem metafórica aqui ajuda numa melhor compreensão do assunto por parte de leigos, ou não, em economia
	Trabalho	Os estudos recentes em Semântica que defendem a necessidade de uma revisão na concepção tradicional sobre metáforas têm nos exemplos (a), (b) e (c) fortes aliados , pois que demonstram a metáfora utilizada fora de um contexto literário ou retórico
	Área	Dessa forma, a Semântica acaba por se juntar à Pragmática
Linguístico	Objeto	Os dados falam em favor de uma revisão porque em todas as sentenças o verbo 'tecer' teve um sentido diferente
	Área	A Linguística: Discute regras
Psicoemocional	Objeto	linguagem sedutora, persuasiva e enfática
	Área	A retórica , aliás, nunca foi tão rígida e esclerosada
	Vertente	Obcecado pela tecnologia, o movimento moderno tomou o arranha -céu como sua propriedade: o que melhor poderia expressar a época do que sua engenharia mais avançada?

No que tange às **construções inaceitáveis**, observou-se que ocorreram nos seguintes tipos de projeção:

-Do submodelo **moral/deônico/volicional** no MCI de Pessoa, para **objeto** no MCI de Produção Intelectual:

As **questões** [dados para análise] [...] **possuem a intenção** de passar apenas uma mensagem, que Maria exerceu a ação de comprar um determinado produto, o peixe, em um lugar específico, o mercado

-Do submodelo **cognitivo/epistêmico** no MCI de Pessoa, para **vertente** no MCI de Produção Intelectual:

A concepção tradicional quando restringiu o uso das metáforas aos discursos literários e retóricos **não fez idéia** de como esse recurso iria ser expandido e usado com muita frequência pelos jornalistas, pelos escritores, e enfim pelos falantes e usuários da língua portuguesa

- Do submodelo **cognitivo/epistêmico** no MCI de Pessoa, para **procedimentos de investigação** no MCI de Produção Intelectual:

A hipótese de Sapir-Whorf **considera** que não existe uma língua mais completa que a outra, elas apenas descrevem a realidade de acordo com a cultura do seu falante

- Do submodelo **interacional** no MCI de Pessoa, para **objeto** no MCI de Produção Intelectual:

Ultimamente, este **recurso** [a metáfora] está sendo muito utilizado na linguagem falada e nas propagandas, uma vez que **tenta influenciar, convencer** o seu público

- Do submodelo **lingüístico** no MCI de Pessoa, para **objeto** no MCI de Produção Intelectual:

o **advérbio 'antigamente' nos afirma** que num outro tempo a vida era mais fácil

- Do submodelo **lingüístico** no MCI de Pessoa, para **vertente** no MCI de Produção Intelectual:

A **concepção tradicional diz** que as metáforas são fenômenos restritos ao discurso literário ou retórico

- Do submodelo **físico-biológico** no MCI de Pessoa, para **fenômeno** no MCI de Produção Intelectual:

A **estrutura trabalha** com os aspectos morfológico, fonológico e semântico

Análise das regularidades

Após a análise dos itens lexicais que compõem nosso corpus e dos grupos conceptuais elencados, verificamos que há três tipos básicos de regularidades operantes nas projeções entre o MCI de Pessoa e o MCI de Produção Intelectual:

1º) Violações do Princípio de Invariância

Interessa-nos, neste momento, focar a descrição das projeções que se tornaram aceitáveis ou não, tendo em vista a (in)compatibilidade entre os modelos cognitivos suscitados, ou seja, casos em que funciona e casos em que não funciona o processo cognitivo da personificação.

Um fato bastante significativo que pudemos constatar em nossa análise é que, entre as 14 ocorrências de construções inaceitáveis, 10 envolviam a personificação do **objeto** ou **fenômeno** em foco no texto. Nessas construções inaceitáveis, atribuem-se ao objeto ou fenômeno que constitui o foco de interesse intelectual propriedades **cognitivas** (os recursos empregados pelo cronista consideram; o processo de composição analisa etc.); **lingüísticas** (o advérbio nos afirma que...); **interacionais** (o recurso

tenta influenciar, convencer o seu público) e **volicionais** (as questões [dados] possuem a intenção de...).

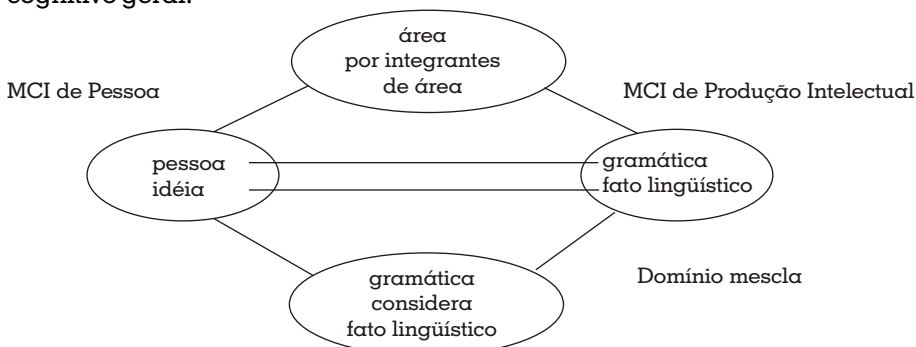
Muito embora o *corpus* analisado seja muito limitado para consubstanciar generalizações mais firmes, parece-nos plausível supor que a personificação do objeto, ainda que possível e atestada (cf. os *dados falam em favor...*), encontre obstáculos cognitivos maiores do que, por exemplo, a personificação de trabalhos (o estudo afirma que...) ou de áreas (a *Gramática diz que...*). Pois, nesses dois últimos casos, a estrutura esquemático-imagética saliente parece convocar mais ou menos naturalmente a figura dos *pensadores* (o autor ou autores do estudo; os gramáticos etc.). Ainda que esses autores estejam, com boas razões, como vimos, “apagados” nas construções lingüísticas utilizadas, fazem-se presentes mesmo que subfocalizados em nossas representações desse aspecto da cena da produção intelectual. Por outro lado, os dados ou os fenômenos configuram-se justamente como aquilo que não é o ser pensante, mas sim aquilo que se apresenta ou se oferece à sua consideração. Sob esse ângulo, parece razoável supor que há aqui o que a literatura cognitivista tem denominado de *violação do princípio da invariância*, isto é, um choque ou discrepância nas topografias cognitivas dos domínios fonte e alvo.

Se considerarmos as quatro outras construções inaceitáveis, vemos que parecem seguir pelo mesmo caminho: em três delas ocorre a personificação de **vertentes ou concepções gerais** (a *concepção tradicional não fez idéia...*; a *perspectiva wittgensteiniana crê...*; a *concepção tradicional diz...*); e na restante personifica-se um **procedimento de investigação**, setor do MCI de Produção Intelectual que se demonstrou inteiramente livre de personificações, exceto por esse caso inaceitável (a *hipótese de Sapir-Whorf considera que...*). Novamente, parece haver nesses casos uma violação no princípio da invariância: se no que diz respeito a áreas ou teorias (a *Lingüística*, a *Sintaxe* etc.) parece ser relativamente natural a personificação, quando se trata de movimentos ou concepções gerais, isso já não acontece tão naturalmente, talvez porque não ganhe espaço tão claro nesses casos a figura de um ou mais *pensadores*. O mesmo se pode dizer com relação à *hipótese*, resistente ela mesma à incorporação figurativa de atributos cognitivos.

Para que possamos compreender melhor a idéia de que o respeito ou a transgressão ao princípio da invariância associam-se ao grau de aceitabilidade das construções personificadas, é útil pensarmos a questão em termos do instrumental oferecido no cognitivismo para a descrição das projeções entre domínios, notadamente para o tratamento da *mesclagem conceptual*. Poder-se-ia dizer que a violação ao princípio da invariância redundava em uma mescla mal-sucedida ou interdita. Teremos uma idéia mais precisa disso se analisarmos as construções (i) e (ii) abaixo, à luz da teoria da *mesclagem*:

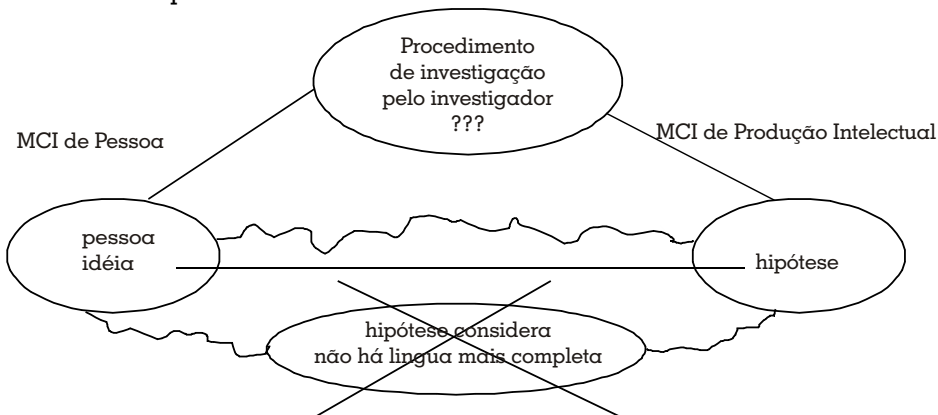
- (i) A **gramática tradicional considera** como 'certa' a ordem direta da oração
- (ii) A **hipótese de Sapir-Whorf considera** que não existe uma língua mais completa que a outra, elas apenas descrevem a realidade de acordo com a cultura de seu falante

Considerando as frases acima, temos que (i) constitui construção aceitável, enquanto (ii) não o é. Ocorre que em (i) o elemento *área (gramática)*, em que há uma integração entre metáfora e metonímia, mantém relação de projeção com o domínio da cognição de forma admissível. A *mescla* bem-sucedida poderia ser representada da seguinte forma, na qual o espaço genérico incluiria a metonímia como princípio cognitivo geral.



Esquema 2 : Mescla bem-sucedida

Entretanto, em (ii) o mesmo não ocorre, tendo em vista que *hipótese* parece recusar o atributo de ordem cognitiva. Nesse caso, como vimos, a construção apresenta uma discrepância entre o domínio da cognição e o domínio da hipótese.



Esquema 3: Mescla interdita

2º) Opacidade vs. transparência dos itens lexicais sinalizadores de personificação

A análise dos nossos dados mostra que, em alguns casos em que há potencial violação do princípio da invariância, ocorre, no entanto, aceitabilidade. Isso fica claro se considerarmos as seguintes construções que envolvem a projeção do submodelo moral/deontico/volicional do MCI de Pessoa no aspecto *objeto*, no MCI de Produção Intelectual. Encontramos aí uma construção aceitável e outra não, como revelam os exemplos a seguir, respectivamente:

- (i) **A metáfora cotidiana exige** toda a nossa atenção
- (ii) **As questões da (α) α (e) possuem a intenção** de passar apenas uma mensagem, que Maria exerceu a ação de comprar um determinado produto, o peixe, em um lugar específico, o mercado

Nos dois casos, temos a atribuição de propriedades de ordem *volicional/deontica* ao *objeto*, o que se apresenta como violação potencial do princípio da invariância. Por que a construção (i) é aceitável e a (ii) não? Uma hipótese plausível é a de que interfere na aceitabilidade das construções o grau de transparência ou opacidade dos itens lexicais deflagradores de personificação.

Devemos atentar para o fato de que os itens lexicais em questão não têm nos dois casos acima o mesmo grau de transparência enquanto acionadores da personificação: a expressão *possuir a intenção* de parece apresentar uma ligação mais "viva" com o MCI de Pessoa do que aquela que podemos reconhecer em *exigir*. Esse último item lexical também se associa ao MCI (no submodelo moral/deontico/volicional), mas demonstra-se relativamente opaco em relação ao domínio de Pessoa. Embora seja associável, em um nível cognitivamente muito básico, ao atributo humano da *volição*, o verbo *exigir* parece ter-se convertido em um indicador geral de *necessidade*, assim como *fazer* pode desempenhar a função de indicador de *causalidade* (*fazer com que*). Assim, dizemos coisas como *A situação exige prudência*, *Esse peixe exige cuidados especiais*, etc - casos muito corriqueiros e disseminados em que a ênfase recai sobre a idéia geral de *necessidade*, mais do que sobre a noção especificamente humana de *volição*.

Podemos dizer que, ao lado da violação do princípio da invariância, um outro fator que parece determinar a aceitabilidade das construções é o grau de generalidade do item lexical (ou combinação de itens) associável ao MCI de Pessoa. Os mais gerais tendem a ser mais opacos com respeito à cena cognitiva instaurada pelo MCI de Pessoa, deixando-a menos saliente

ou mais “apagada”, e neutralizando, assim, possíveis efeitos de violação do princípio da invariância. Já combinações menos gerais, como *possuir intenção de*, não teriam esse efeito neutralizador e, portanto, seriam menos aceitáveis.

Há, por outro lado, casos como *Os dados falam em favor de*, em que (a) ocorre personificação do *objeto*, situação propícia à violação do princípio da invariância, e (b) utiliza-se um item lexical, *falar*, que é “vivamente” associado ao MCI de Pessoa. De que decorreria a aceitabilidade da construção nesse caso, já que há dois fatores concorrendo para a sua inaceitabilidade? Estudos mais aprofundados, com uma quantidade mais substantiva de dados, seriam necessários para responder a essa pergunta. Uma hipótese preliminar merecedora de atenção seria a de que a simples convenção determina também a aceitabilidade das construções: o mero fato de que há “fórmulas” sancionadas pela tradição.

3º) Aceitabilidade e projeção metonímica

Gostaríamos, por fim, de destacar um ponto importante que já vem sendo aludido nas seções anteriores: a relação entre a aceitabilidade das construções e a possibilidade de projeção metonímica. Na discussão sobre a incidência do Princípio da Invariância, vimos que a metonímia desempenha um papel importante nas projeções associáveis à personificação. Sugeriu-se que a metonímia *ÁREA PELOS INTEGRANTES DA ÁREA*, por exemplo, seria uma candidata plausível para figurar no espaço genérico da mescla subjacente a uma construção como *A gramática considera como certa [...]*.

Por outro lado, a inaceitabilidade de uma construção como *A hipótese considera que [...]* que foi associada ao choque entre as topologias cognitivas do *submodelo cognitivo* (MCI de Pessoa) e do campo *procedimentos de investigação* (MCI de Produção Intelectual) - envolvia também uma metonímia duvidosa no espaço genérico, a saber, *PROCEDIMENTO DE INVESTIGAÇÃO POR INVESTIGADOR*.

Embora a inclusão de metonímias no espaço genérico de mesclas envolvendo personificação configure, como já se disse, apenas uma sugestão inicial para a representação formal da presença da metonímia no fenômeno aqui em exame, o fato é que essa presença é inegável. Pode-se dizer, pois, que, entre as condições de sucesso de uma construção personificada, está a possibilidade de projeções metonímicas bem-sucedidas.

Vejamus como isso se dá, analisando as construções aceitáveis a seguir:

- (i) “*A retórica, aliás, nunca foi tão rígida e esclerosada*” (GUIRAUD, 1970)

Vimos na seção anterior que *áreas*, tais como *retórica* e *gramática tradicional*, muitas vezes figuram metonimicamente pelos autores que as integram. Isso porque a presença desses autores parece ter saliência cognitiva ao nos referirmos a tais áreas, muito embora eles não estejam sendo explicitamente mencionados. Possivelmente por conta dessa característica, as personificações envolvendo áreas são, com efeito, muito frequentes e naturais.

Na construção (i), o elemento *ÁREA*, representado aqui por *retórica*, a arte da eloquência, adquire traços de pessoa e torna-se mais "concreto". Há aqui uma projeção do submodelo psicoemocional (MCI de Pessoa), mais especificamente da propriedade psicológica *esclerosada*. Essa projeção é facilmente compreendida - e aceita - ao referir-se à área da *retórica*, pois atribuem-se à área características que poderiam ser atribuídas a seus integrantes: "*velhice*", *insensibilidade*, *resistência* e *recalcitrância* diante de determinada situação.

Observamos, na construção em análise, que há para pessoa um equivalente - *retórica* - em outro domínio. Isto é, o domínio de *agente intelectual* projeta-se em um outro domínio, do qual surge uma estrutura emergente que representa a *retórica esclerosada*. Cabe ressaltar que o processo por que passa essa construção se dá via Princípio da Invariância, cuja função é viabilizar a convergência entre os domínios, desencadeando, assim, a projeção metonímica, que se inter-relaciona com a projeção metafórica inicialmente descrita.

O raciocínio acima pode ser aplicado a outros tipos de projeção envolvendo *áreas*, como é o caso das seguintes construções, em que a área da Gramática Tradicional são atribuídas propriedades morais:

(ii) A **gramática tradicional** *peca* em suas descrições por não abordar situações de uso concreto

(iii) A **Gramática tradicional**. **Desrespeita** o falante
Discrimina

O sucesso dessas construções parece de fato estar associado à possibilidade de projeções metonímicas bem-sucedidas.

Conclusão

Conquanto o fenômeno da personificação seja, muitas vezes, compreendido com base em uma visão objetivista da linguagem, como um processo circunscrito às áreas da Literatura e da Retórica, procuramos resgatar, neste estudo, seus diferentes vieses, enfocando sua manifestação em textos de natureza formal. Isso foi motivado pelo fato de a personificação extrapolar as áreas da Literatura e da Retórica e, simultaneamente,

instaurar-se em outros modelos de discurso. Nesse caso, o esforço teórico é iminente, pois tem de dar conta ou, pelo menos, delinear os desdobramentos de um evento lingüístico tão expressivo.

Diante das evidências aqui apresentadas, não se pode negar que o fenômeno da personificação, por vezes, sofre algum tipo de restrição. Trata-se de um processo que é, na verdade, a consequência de projeções de esquemas, o que significa afirmar que a aceitabilidade de algumas construções pode ser ou não afetada, dependendo dos elementos estruturadores que serão herdados de cada um dos MCI's ativados. Algumas informações específicas, portanto, podem ser mapeadas, desde que não haja incompatibilidade entre esses domínios conceptuais mobilizados.

Nessa perspectiva, torna-se mais tangível a explicitação de contextos favorecedores de interdição. Entre as construções pesquisadas, vimos percebendo que aquelas cujos itens lexicais apresentam-se "menos fiéis" ao MCI de Pessoa tendem a ser aceitáveis. Ou seja, esse estatuto mais geral, uma vez que as formas lingüísticas não se centram tão somente no modelo em questão, viabiliza um grau maior de aceitabilidade. Por outro lado, projeções envolvendo os verbos mais exclusivamente relacionados ao MCI de Pessoa tendem a ser menos aceitáveis.

Observamos, ainda, que a inter-relação bem-sucedida dos processos metafóricos e metonímicos tende a desencadear a aceitabilidade das construções que envolvessem esses grupos.

A problematização das diferentes dimensões do fenômeno por nós eleito indica que as interdições são, pelo menos em parte, de ordem cognitiva. Há um princípio, o Princípio da Invariância, que evita projeções fortuitas e indiscriminadas, levando-nos a perceber as restrições por que passa o processo cognitivo da personificação.

Finalmente, ante os apelos de ordem lingüístico-conceptual e social que perpassam os fenômenos da linguagem, parece-nos que metáfora, metonímia e personificação são a condição da existência humana, se reconhecemos que esses processos subjazem a nossa construção do conhecimento, isto é, seu *locus*, ao contrário do que se verifica em concepções tradicionais acerca do significado não é a linguagem, mas a projeção entre domínios conceptuais.

TORRES, R. C. W. Personification in formal texts. *Alfa*, São Paulo, v.49, n.1, p.161-183, 2005.

■ **ABSTRACT:** *This paper will investigate the incidence and the effects of the cognitive process of personification in formal texts. It is based on the fact that in this type of text some constructions with personification are accepted while others are not. The present study aims at determining the conditions of possibility and interdiction of*

such constructions, adopting the analytic categories and theoretical constructs offered by the Cognitive Linguistics, with emphasis on the propositions of the Cognitive Idealized Models and of the Mappings among Cognitive Domains.

■ **KEYWORDS:** *Cognition; language; personification; formal texts.*

Referências bibliográficas

- ARISTÓTELES. *Arte poética e arte retórica*. Trad. Antônio Pinto de Carvalho. Rio de Janeiro: Ediouro, 19--.
- CICERÓN, M. T. *Diálogos del orador*. Trad. M. Menéndez y Pelayo. Buenos Aires: Emecé, 1943.
- FAUCONNIER, G. *Mental spaces: aspects of meaning construction in natural language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- _____. *Mappings in thought and language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- GARCIA, O. M. *Comunicação em prosa moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1975.
- GUIRAUD, P. *A estilística*. Trad. Maillet. São Paulo: Mestre Jou, 1970.
- HOBBS, T. *Leviatã*. São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- JOHNSON, M. *The Body in the Mind: the Bodily Basis of Reason, Meaning and Imagination*. Chicago: Chicago University Press, 1987.
- LAKOFF, G. *Women, Fire and Dangerous Things*. Chicago: Chicago University Press, 1987.
- _____. The contemporary theory of metaphor In: ORTONY, A. (Ed.) *Metaphor and thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- LAKOFF, G. & JOHNSON, M. *Philosophy in the Flesh: the embodied mind and its challenge to western thought*. New York: Basic Books, 1999.
- _____. *Metáforas da vida cotidiana*. Trad. Grupo de Estudos da Indeterminação e da Metáfora (GEIM). Coordenação de tradução Mara Sophia. Campinas: Mercado das Letras; São Paulo: Educ, 2002.
- LAKOFF, G.; TURNER, M. *More than cool reason: a field guide to poetic metaphor*. Chicago: Chicago University Press, 1989.
- LOCKE, J. *Ensaio acerca do entendimento humano*. São Paulo: Nova Cultural, 1991.
- LOW, G. This paper thinks... In: CAMERON, L.; LOW, G. (Ed.) *Researching and applying metaphor*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- MIRANDA, N. S. Domínios conceptuais e projeções entre domínios: uma introdução ao modelo dos espaços mentais. *Veredas*, Juiz de Fora: EDUFJF, v. 4, p.81-99, 1999.
- TURNER, M. *The literary mind*. New York, Oxford: Oxford University Press, 1996.
- VEREDAS: Revista de cultura do Banco do Brasil. Rio de Janeiro: Verso Brasil Editoras, v. 7, n. 79, p.26-31, jul. 2002.

Bibliografia Consultada

MARTINS, H. *Metáfora e polissemia no estudo das línguas do mundo: uma aproximação não representacionista*. 1999. 190 f. Tese (Doutorado em Lingüística e Filologia) - Faculdade de Letras. Universidade Federal do Rio Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.